

# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA JURÍDICA

Barueri, 19 de setembro de 2025

PARECER JURÍDICO

067/2025



Fis. Nº	04
Proc. Nº	1933/2025

De: Procuradoria Jurídica.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Saúde e Assistência Social.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 054/2025.

Autoria: EDMILSON GUSMÃO DE OLIVEIRA - DIMI.

Dispõe sobre:

**"ESTABELECE CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE CONDUTOR DE AMBULÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

## Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do(a) Nobre Vereador(a) Edmilson Gusmão de Oliveira – Dimi, que pretende estabelecer condições para o exercício de atividade de condutor de ambulância da Administração Pública Municipal.

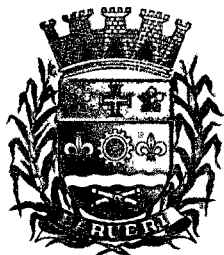
A criação de cargos públicos e a descrição dos respectivos requisitos são de competência do Prefeito, conforme preceito da lei Orgânica do Município e do Regimento Interno.

Contudo, registra-se haver diferença entre requisito e condição, que é o caso presente, sendo que a principal é que um requisito é uma exigência necessária para alcançar um objetivo, ocupar um cargo, enquanto uma condição é um estado ou circunstância que deve ser cumprida ou satisfeita para tal, podendo o requisito ser uma condição, mas não sendo a única forma de definir uma condição.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

23-SET-2025 14:36 002410 2/2





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA JURÍDICA

A par disso, a medida pretendida constitui a criação de condição para a ocupação do cargo de motorista de ambulância e, no tocante à competência para legislar sobre condições para provimento em cargos públicos, a jurisprudência tem reconhecido tratar-se de competência legislativa comum/concorrente entre o Poder Legislativo e Executivo.

O termo “condição” é equivoco e comumente produz confusão com o termo ‘requisito’. Para esclarecer a confusão que o termo provoca, colaciona excerto de decisão proferida no r. TJSP a respeito do tema. Veja-se:

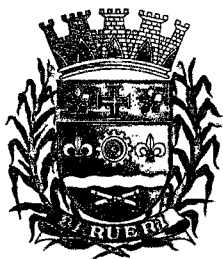
Fls. Nº	05
Proc. Nº	2933/2025

*Não se trata de atividade de organização da administração pública, mas de condições de acesso ao serviço público em geral, inclusive do Poder Legislativo. A reserva legislativa do Executivo, prevista no art. 24, § 2º, 1 e 4, da Constituição Estadual, refere-se tão-só à criação e extinção de cargos, funções e empregos no serviço público. Isso significa que a lei pode enunciar termos, condições e especificações, no interior dos quais procederá o chefe do Executivo.*

*Ademais, prossegue o percuciente membro do Parquet, “há que se ponderar, nesta quadra, a diferença entre requisitos para o provimento de cargos públicos - matéria situada na iniciativa legislativa reservada ao Chefe do Poder Executivo (STF, ADI 2.873-PI, Tribunal Pleno, Rei Min. Ellen Grade, 20-09-2007, m.v., DJe 09-11-2007, RT 203/89) – e condições para o provimento de cargos públicos - que não se insere na aludida reserva, e está no domínio da iniciativa legislativa comum ou concorrente entre Poder Legislativo e Poder Executivo - porque não se refere ao acesso ao cargo público, mas, à aptidão para o seu exercício.(g.n)*

Portanto, a presente propositura não versa acerca daquelas matérias de iniciativa reservada ao Prefeito, porquanto não se trata de qualquer incursão na gestão





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA JURÍDICA

ordinária administrativa a ele incumbida com exclusividade, assim como não provoca aumento de despesas da Administração.

### Da competência legislativa concorrente

Imperioso registrar que o projeto não versa acerca daquelas matérias de iniciativa reservada ao Prefeito, porquanto não se trata de qualquer incursão na gestão ordinária administrativa a ele incumbida com exclusividade, assim como não provoca aumento de despesas da Administração.

Fls. Nº	06
Proc. Nº	1933/2025

Portanto, o nobre vereador, autor desta propositura, atua dentro de sua esfera legislativa, tendo em vista que maneja projeto contendo matéria de iniciativa geral, comum a todos os titulares da competência legislativa municipal, não havendo usurpação da competência legislativa do executivo.

### Considerações finais

Portanto, referido projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea 'd' artigo 15, inciso I, ambos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput' da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:

- a) Parecer da Comissão de Justiça e Redação (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) Parecer da Comissão de Saúde e Assistência Social (artigo 50, § 10, do RI);
- c) Discussão Única (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA JURÍDICA

- d) **Quórum: maioria simples** dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1º, do RI).
- e) **Votação simbólica** (artigo 189, inciso I, do RI);

**Sugere-se**, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.m.j., este é o Parecer que emerge desta Procuradoria Jurídica.

Fis: Nº	07
Proc: Nº	1933/2025

  
**LUCAS RAFAEL NASCIMENTO**  
Procurador-geral da Câmara  
OAB/SP nº 264.968

A Secretária Diretoria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.

  
**MARCOS PEREIRA SILVA**  
Assessor da Secretaria Diretoria-geral

